



PARECER JURÍDICO N. 416/2023

RECEBIDO

13/06/23  
Mendes Yara

**REQUERENTE:** SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, LINHA BEIRA DO RIO – FAZENDA PEREIRA.

**MEMORANDO Nº: 263/2023**

Trata o presente expediente de solicitação de parecer sobre a possibilidade de contratação, por dispensa de licitação, tendo como objeto a contratação da empresa **TAQUARI TRANSPORTE E TURISMO LTDA – CNPJ 73.446.684/0001-23**, para a prestação de serviços emergenciais de concessão de transporte coletivo urbano de passageiros, conforme Termo de Referência de 12/06/2023 e seus itinerários em anexo.

André Luís Barcellos Brito, Prefeito Municipal de Taquari, através do Memorando de Gabinete nº 160/2023, justifica a contratação aduzindo o seguinte:

*“Solicito que seja feito o contrato emergencial para o transporte coletivo de passageiros da linha municipal “Beira do Rio/Fazenda Pereira”, até que o plano de mobilidade urbana do Município de Taquari seja elaborado.”*

O TCU firmou entendimento no sentido de que: **“Em procedimento de dispensa de licitação, devem constar, no respectivo processo administrativo, elementos suficientes para comprovar a compatibilidade dos preços a contratar com os vigentes no mercado ou com os fixados por órgão oficial competente, ou, ainda, com os que constam em sistemas de registro de preços.** (TCU. Acórdão 1607/2014-Plenário).

Ao expediente foram juntados todos os elementos que ensejam a contratação emergencial, pelo menor preço. Foram anexados 3 (três) orçamentos de





fornecedores diversos: DOUGLAS JUNQUEIRA CASTRO E CIA LTDA – CNPJ 13.812.346/0001-36; TAQUARI TRANSPORTE TURISMO LTDA – CNPJ 73.446.684/0001-23; e Rudi Bauer ME – CNPJ 09.584.107/0001-07; nestes termos:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. LINHA “BEIRA DO RIO / FAZENDA PEREIRA”		
EMPRESA		VALOR DA TARIFA UNITÁRIA
Douglas Junqueira Castro e CIA LTDA – CNPJ 13.812.346/0001-36		<b>Não tem interesse</b>
Taquari Transporte Turismo LTDA – CNPJ 73.446.684/0001-23		(Fazenda Pereira): R\$ 15,00 (Beira do Rio): R\$ 15,00 (Amoras): R\$ 12,00
Rudi Bauer ME – CNPJ 09.584.107/0001-07		(Fazenda Pereira): R\$ 16,00 (Beira do Rio): R\$ 16,00 (Amoras): R\$ 14,00

Frente os orçamentos apresentados a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa TAQUARI TRANSPORTE E TURISMO LTDA.

Considerando que o valor apresentado pelo transportador ficou dentro dos parâmetros da planilha de custo do Município constantes do Termo de Referência e do Decreto Municipal nº 4.256/2021 e **pela urgência da contratação até realização do pregão licitatório, é possível a dispensa em questão.**

No caso em tela, está demonstrado que a contratação tem por objetivo atender situação de urgência, que em caso de não o fazer, comprometerá o deslocamento de passageiros dentro do município, e o direito de ir e vir do cidadão, garantia constitucionalmente assegurada.

Cabe frisar que a Lei Municipal 4.318/2021, prevê expressamente que a concessão se dará através de processo licitatório.

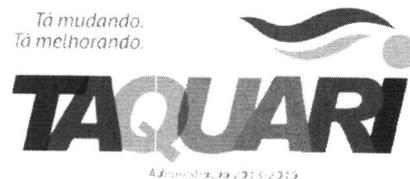
Assim, a contratação em tela, encontra guarida legal no art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93, estando a mesma amparada no interesse público. Obviamente, neste caso, a realização da licitação viria somente sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador





# Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos:

**Art. 24 – É dispensável a licitação:**

(...)

**IV– nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;**

Segundo o administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral diz, “*in verbis*”: “... a emergência e, a nosso ver caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de qual modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas.” (obra cit. , Ulisses Jacoby Fernandes).

No mesmo sentido Hely Lopes Meirelles, afirma que: “... a emergência há de ser reconhecida e declarada em cada caso, a fim de justificar a dispensa de licitação para obras, serviços, compras ou alienações relacionadas com a anormalidade que a administração visa corrigir, ou como prejuízo a ser evitado. Nisto se distingue dos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública, e que a anormalidade ou o risco é generalizado, autorizando a dispensa de licitação em toda a área atingida pelo evento “(In Licitação e contrato Administrativo, 9ª Ed., Revista dos Tribunais, São Paulo: 1990, p. 97)

Além disso, ressalte-se que, nestes casos relacionados pela legislação, há a discricionariedade da Administração na escolha da dispensa ou não do certame, devendo



Centro Adm. Celso Luiz Martins - Rua Osvaldo Aranha, nº 1790  
Bairro Centro – Taquari – RS – CEP: 95.860-000  
CNPJ: 88.067.780/0001-38 – Fone (51) 3653-6200  
E-mail: gabinete@taquari.rs.gov.com.br



Prefeitura que faz mais pelos pequenos negócios. SEBRAE



sempre levar em conta o interesse público. Muitas vezes, o administrador opta pela dispensa, posto que, como afirma o ilustre Marçal Justen Filho, "in verbis": **"... a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se inconveniente ao interesse público. (...). Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir."**

Há que chamar a atenção, que a vigência da contratação não poderá ultrapassar o prazo legal de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, **devendo desde já ser impulsionado processo licitatório para suceder a contratação em tela.**

Desta forma, é o parecer favorável para o ato de dispensa de licitação, conforme estabelece o art. 38, VI da Lei supracitada, para contratação da empresa **TAQUARI TRANSPORTE E TURISMO LTDA**, para a prestação de serviços emergenciais de concessão de transporte coletivo urbano de passageiros, conforme Termo de Referência de 12/06/2023 e seus itinerários em anexo.

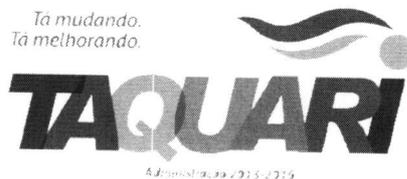
**Ao Setor de Licitações para que proceda aos atos de Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei de Licitações.**

A presente análise se deu mediante solicitação e enfoca apenas aspectos legais, com base nos elementos e documentos fornecidos pelo solicitante, sob o ângulo jurídico, não se aprofundando em outras áreas que não a do Direito, não sendo, portanto, objeto de análise os aspectos técnicos referentes à contratação, metas, planilhas e custo, assim como aspectos contábeis, financeiros e orçamentários, pois desbordam do âmbito de competência desta assessoria jurídica, sendo a presente manifestação, portanto, de caráter estritamente jurídico, não tendo o condão de cancelar opções técnicas eleitas por qualquer integrante da Administração, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, § 3º da Lei n. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.





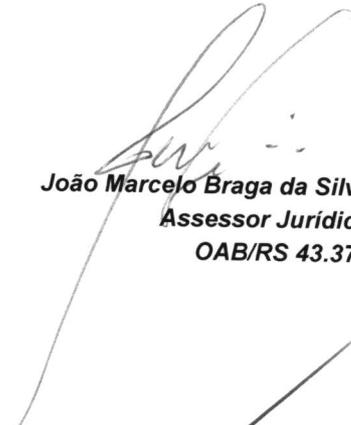
**Município de Taquari**  
Estado do Rio Grande do Sul



, Por derradeiro, conclui-se ainda, que os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, todos insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, estão em plena aplicação no caso sob exame, de modo que o presente certame poderá, com nossa opinião sugestiva de aprovação, ser engendrado sob a modalidade supra referida, dispensa de licitação, tomando-se como parâmetro a do valor global dos serviços a serem contratados.

Este é o parecer, salvo consideração superior, uma vez que o mesmo é meramente opinativo e de caráter não vinculante.

Taquari, RS, 13 de junho de 2023.

  
João Marcelo Braga da Silva  
Assessor Jurídico  
OAB/RS 43.378



Centro Adm. Celso Luiz Martins - Rua Osvaldo Aranha, nº 1790  
Bairro Centro - Taquari - RS - CEP: 95.860-000  
CNPJ: 88.067.780/0001-38 - Fone (51) 3653-6200  
E-mail: gabinete@taquari.rs.gov.com.br

